

Nota Técnica

Novembro de 2016
Número 164

**As transições escola-trabalho:
alguns apontamentos para o debate
sobre a reforma do ensino médio**

DI ESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

As transições escola-trabalho: alguns apontamentos para o debate sobre a reforma do ensino médio

Introdução

A transição escola-trabalho é um dos momentos mais importantes na história profissional do trabalhador. É nessa etapa que o jovem define a inserção no mundo do trabalho e a qualidade da trajetória ocupacional.

Dada a característica desigual e heterogênea do mercado de trabalho no Brasil, uma transição que propicie inserção de qualidade para o jovem no mercado de trabalho depende, sobretudo, de políticas sociais eficientes e inclusivas, das quais a educação formal básica constitui elemento fundamental.

A transição escola-trabalho guarda características que revelam condições distintas de acesso à escola e de inserção no mercado de trabalho baseadas no sexo, cor, local em que vivem e perfil socioeconômico da família (DIEESE, 2005). No mercado de trabalho, os jovens estão sujeitos a taxas mais elevadas de desemprego, de informalidade, a menores rendimentos e a ocupar postos de trabalho com taxas de rotatividade mais elevadas, quando comparados aos adultos.

Assim, a relação do jovem com o mundo do trabalho revela uma experiência paradoxal, uma vez que as expectativas de ampliação de oportunidades – com a possibilidade de uma carreira promissora por meio da formação escolar – são frustradas diante dos postos de trabalho precarizados, que usam da força de trabalho jovem sem assegurar direitos ou contemplar um patamar mínimo de qualidade no emprego.

O jovem carrega consigo uma bagagem de vivências, boa parte delas atribuída ao ambiente da escola onde ele se formou, a qual influencia diretamente a posição dele na hierarquia social. Nesse ponto, o nível educacional alcançado é pré-requisito para salvaguardar o acesso aos bens de consumo materiais e imateriais de nossa sociedade.

O caráter universal da educação, instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei Federal nº 9.394/96, divide o sistema educacional brasileiro em dois níveis. O primeiro é destinado à educação obrigatória básica, que engloba a educação infantil (0 a 5 anos de idade), ensino fundamental (6 a 14 anos de idade) e ensino médio (15 a 17 anos de idade), que está estruturada em diversas modalidades de ensino, tais como: educação de jovens e adultos (EJA); educação especial; educação escolar indígena; educação escolar quilombola; educação do campo; educação profissional e ensino integral. O segundo nível compreende a educação superior, cujo acesso só é permitido àqueles jovens que concluíram o ciclo básico de ensino, incluindo o ensino médio.

Nesse aspecto, a reforma do ensino médio, instituída pelo governo federal por intermédio da Medida Provisória nº 746/2016, altera a etapa final da educação básica. Entre as principais mudanças estão:

- Ampliação da carga horária que atualmente é de 800 horas anuais para 1.400 horas anuais (ensino integral) de forma gradual;
- Retira a obrigatoriedade do ensino de arte e educação física;
- Somente parte da grade curricular será igual para todos. Depois, o aluno poderá se aprofundar, de acordo com a própria escolha, nos conteúdos de: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino técnico-profissional;
- O ensino da língua inglesa passará a ser oficial assim como ocorre no ensino fundamental, sendo o espanhol a segunda opção;
- Possibilidade de adoção de sistema de créditos;
- Possibilidade de contratação de professores por notório saber para atender aos cursos técnicos;
- Disciplinas deixam de ser obrigatórias no ensino médio e carga horária fica a cargo das redes e escolas;
- Complementação do financiamento pela União por quatro anos da rede que introduzir o ensino médio integral.

Entre as diversas razões apontadas para as mudanças propostas está o papel do ensino médio na transição escola-trabalho, com destaque para a evasão escolar neste nível e o número significativo de jovens que não estudam nem trabalham.

Além dos argumentos dos que são favoráveis e dos que são contrários à reforma do ensino médio, pesa a característica de que esta é a etapa educacional que coincide com o momento da transição escola-trabalho, que será influenciada decisivamente com as mudanças propostas.

Com o objetivo de contribuir para o debate, esta Nota Técnica introduz informações relevantes sobre a transição escola-trabalho, de modo a apresentar as reais condições de uma juventude que, em idade escolar, divide suas preocupações entre a escola e o mundo do trabalho.

Esta Nota possui, a seguir, três seções e as considerações finais. A primeira trata das informações sobre o perfil escolar e a dinâmica do próprio sistema educacional no ensino médio; a segunda procura estabelecer um diálogo entre os dados sobre trabalho, educação, aspectos familiares da população jovem e, por fim, traz informações sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Ensino médio e a transição escola-trabalho

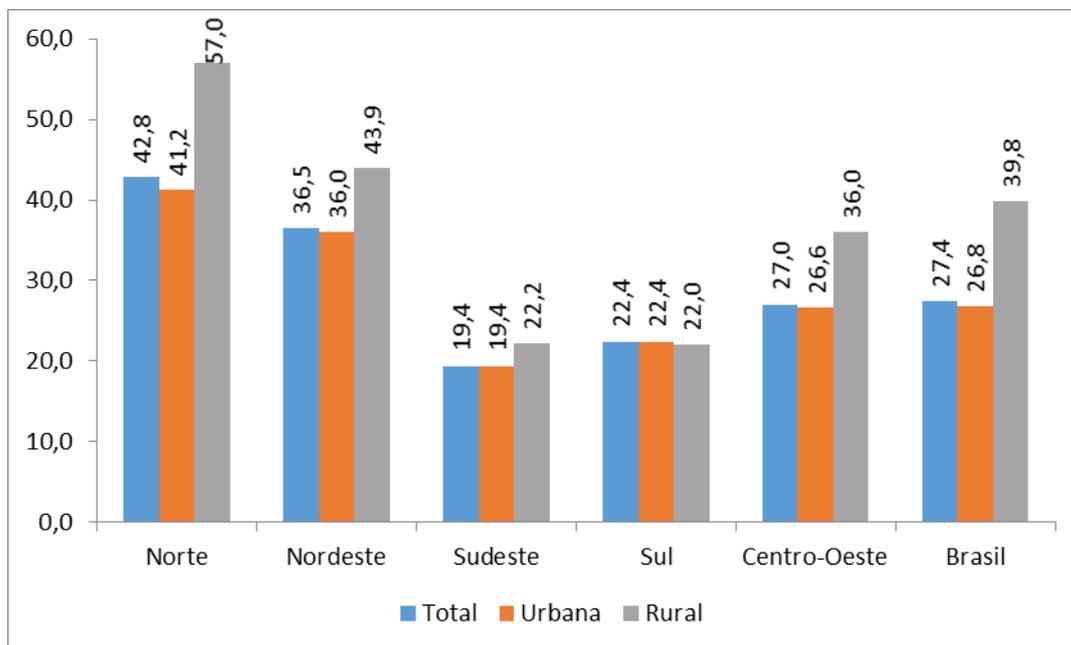
O ensino médio passou por diversas reformulações ao longo do tempo, mas foi na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/96) que ganhou o caráter de cidadania ao constituir etapa obrigatória da educação básica, com acesso público e gratuito. No Brasil, das 8,1 milhões de matrículas no ensino médio (dados de 2015) pouco mais de 70% refere-se à faixa etária adequada, que abrange jovens entre 15 e 17 anos. Jovens de até 14 anos correspondem a 7% das matrículas do ensino médio regular. Isso significa que 18% de alunos de 18 a 25 anos ou mais (quase 1,5 milhão) estão em situação de atraso escolar. Já as turmas presenciais de ensino integral (sete ou mais horas de duração), representam apenas 6% (477 mil) do total de matrículas nesta etapa, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2015. Esse dado, além de revelar a desproporção de alunos que estudam em escolas de tempo integral no ensino médio - em comparação com o ensino fundamental que responde por 30% (4 mil) das matrículas ligadas às turmas presenciais que permanecem por 7 horas ou mais na escola -, mostra o quão distante o Brasil está de alcançar a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, cujo objetivo é oferecer educação em tempo integral para, no mínimo, 50% das escolas públicas.

A conciliação dos estudos com o trabalho é responsável por uma das especificidades relacionadas à frequência escolar no período noturno, que atualmente conta com 1,9 milhões (23,6%) de matrículas do ensino médio. A busca por uma atividade profissional associada ao desenvolvimento escolar gera uma lacuna no processo de formação do jovem, principalmente aquele com menor poder aquisitivo. Dessa forma, o perfil do aluno de ensino médio descortina uma situação complexa, que pode ser observada a partir dos dados sobre atraso escolar, aprovação/reprovação e abandono.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de 2015, a taxa de distorção idade-série¹ nos anos do ensino médio atingiu 27,4% no Brasil. No entanto, é importante considerar que este indicador de desempenho apresenta variações quando analisado por grande região e localização da escola (Urbana/Rural): as menores taxas estão no Sudeste (19,4%) e no Sul (22,4%). Já as maiores taxas estão na região Norte, com 42,8%, e Nordeste, com 36,5%. Além disso, a taxa é superior no meio rural, do que no urbano, em quase todas as regiões brasileiras, exceto na Sul (Gráfico 1).

¹ A taxa de distorção idade-série indica o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada, situação ocasionada por reprovação ou abandono escolar.

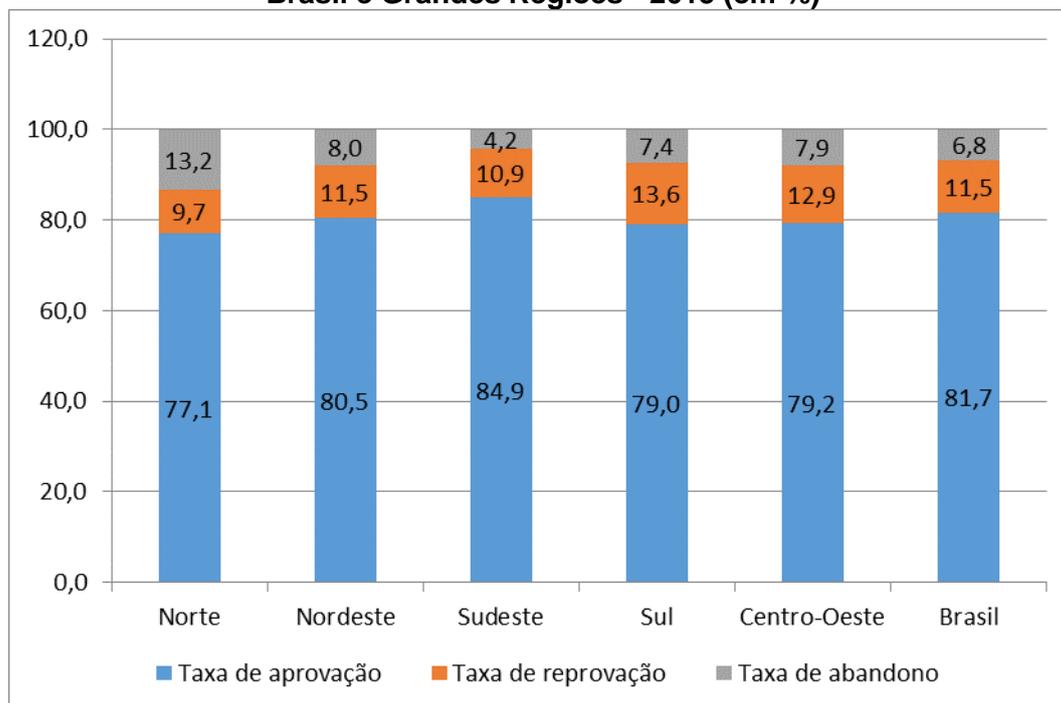
GRÁFICO 1
Taxa de distorção idade-série no ensino médio, por localização
Brasil e Grandes Regiões - 2015 (em %)



Fonte: Inep. Censo da Educação Básica
 Elaboração: DIEESE

As taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino médio, em 2015, trazem informações importantes acerca da questão da desigualdade do acesso e da permanência na escola no Brasil. A maior taxa de aprovação está no Sudeste (84,9%), embora as demais regiões permaneçam em patamares próximos, acima dos 77,0%. No entanto, existe uma conexão estabelecida entre as taxas de reprovação e de abandono, diferenciando o motivo da não-aprovação dos alunos: enquanto no Sul, há 13,6% de reprovação (a maior taxa entre as regiões), a taxa de abandono é de 7,4%. Já em outras regiões, como a Norte, há baixa reprovação (9,7%), mas é onde se verifica a mais alta taxa de abandono do país, 13,2% (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino médio
Brasil e Grandes Regiões - 2015 (em %)



Fonte: Inep. Censo da Educação Básica
 Elaboração: DIEESE

Com relação à educação profissional, o Censo Escolar 2015 mostrou que o Brasil possui 1,9 milhão de matrículas. A distribuição ocorre da seguinte maneira: 391 mil na oferta de Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado); 93 mil na forma de Ensino Médio Normal/Magistério; 50 mil de Ensino Fundamental ProJovem Urbano; 38 mil de Curso Técnico (ensino médio) Integrado à EJA; 278 mil de Curso Técnico Concomitante; 1 milhão de Curso Técnico Subsequente; 40 mil de Curso FIC (Formação Inicial e Continuada).

As modalidades concomitante e subsequente concentram a maior oferta de matrículas nos cursos técnico-profissionalizantes (67,8%). Sobre esse ponto, é interessante notar que 27,5% das matrículas na educação profissional correspondem à faixa etária de 15 a 17 anos, indicando a participação de jovens de nível médio que conciliam o estudo regular com o aprendizado técnico. Essa proporção fica atrás apenas dos jovens com idade entre 25 anos ou mais, que respondem por 35,3% das matrículas nesta modalidade de ensino. Esse dado caracteriza maior inserção de jovens cuja faixa etária já ultrapassou a idade adequada para a frequência no ensino médio, fato que configura a importância da formação técnica na vida da população jovem no auge do período produtivo e que almeja emprego.

A educação profissional técnica de nível médio está prevista na LDB. No artigo 40 estabelece: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por

diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (LDB, 1996).

O Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024) prevê, na meta 10, a garantia de “no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” e na meta 11 reforça o compromisso de “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público”. Ambas as metas do PNE firmam o compromisso de garantir educação de qualidade que possa integrar a formação geral com a profissional a fim de reduzir as diferenciações sociais com base na escolarização.

Porém, o que se verifica na prática é que não é possível cumprir tais metas, se não for considerada, entre outros fatores, a real situação dos jovens na etapa de transição entre a escola e o trabalho, cujas especificidades serão evidenciadas na seção a seguir.

Trabalho, educação e aspectos familiares da população jovem

A organização da família é pré-condição que orienta a trajetória do jovem em idade escolar. O local de domicílio, o número de componentes da família, o fato de o jovem ter ou não filhos, a renda familiar, o nível de escolaridade dos pais e outros responsáveis, o acesso a bens culturais (cinemas, teatros, literatura) etc. correspondem a fatores em grande medida observáveis e que podem ajudar a entender as razões que levam o jovem a buscar um trabalho (OLIVEIRA et. al., 2006).

A transição escola-trabalho está associada aos valores culturais, recursos familiares, aspectos legais que limitam a ocupação dos jovens e à natureza das ocupações frequentemente oferecidas aos jovens. Tais fatores podem se refletir na forma como as famílias determinam a alocação do tempo de seus filhos. Em 2014, 24% dos jovens de 14 a 29 anos apenas estudavam, 47,1% apenas trabalhavam, 15,7% conciliavam estudo e trabalho e 13,1% não trabalhavam e nem estudavam.

Chama a atenção, que entre os jovens de 14 a 17 anos, 30,5% trabalham ou estão realizando afazeres domésticos. Entre aqueles com idade entre 18 a 24 anos, este número cresce para 80% dos jovens e entre os de 25 a 29 anos para 94,4%.

Além da idade, o sexo parece se constituir em fator de diferenciação entre os jovens no quesito alocação do tempo. A proporção de mulheres que apenas estudam (25,8%) é relativamente maior que a proporção equivalente dos homens (22,3%), ao passo que a proporção de homens que apenas trabalham (54,1%) supera a de mulheres (40,1%). A proporção dos jovens que não estuda nem trabalha é maior entre as mulheres, o que pode mostrar o sexo feminino pode enfrentar maiores dificuldades para realizar a transição para o mercado de trabalho: cerca de 20% das mulheres jovens nem estudavam ou trabalhavam e de cada 10 jovens nessa condição, sete eram mulheres (Tabela 1).

Os afazeres domésticos, tarefas que frequentemente são realizadas pelas mulheres, ocorrem em conjunto com as atividades escolares e de trabalho. Em 2014, 84,3% das mulheres jovens realizavam afazeres e dedicavam, em média, 20 horas semanais ao exercício dessa atividade. Em termos comparativos, o percentual de homens jovens que realizavam estas tarefas era de 46,0% e o tempo médio semanal dedicado a elas era de 9,4 horas. A condição de ocupação não afetou a proporção de jovens, homens e mulheres, que exercem afazeres, mas o número de horas semanais dedicadas a essa atividade pelas mulheres jovens ocupadas foi, em média, menor em cerca de três horas. Por fim, tanto a proporção de homens e mulheres jovens que exercem afazeres domésticos quanto o número de horas dedicadas na semana aumentam conforme se avança nas faixas etárias, exceto com relação à proporção dos homens de 18 a 24 anos de idade (Tabela 2).

Parte do tempo diário dos jovens ocupados é consumida no deslocamento até o local de trabalho. O intervalo de tempo gasto com o deslocamento para o trabalho é maior entre os jovens que residem nas regiões metropolitanas. Enquanto a maioria dos jovens que vivem em regiões não metropolitanas gastou até 30 minutos para ir até o local de trabalho (62,2%), cerca de 70% daqueles que vivem nas regiões metropolitanas gastou até uma hora nesse trajeto. Esse resultado pode estar associado às condições de mobilidade urbana em ambas as localidades (Tabela 3).

Além dos valores culturais, dos recursos familiares e do marco legal, o desempenho escolar pode precipitar a transição escola-trabalho. Nesse sentido, um número elevado de reprovações ou uma grande defasagem idade-série escolar pode abreviar a formação e motivar a procura por trabalho. A taxa de frequência escolar bruta² e líquida³ permite tanto acompanhar o percentual do conjunto de jovens que frequentam a escola quanto o percentual daqueles que frequentam a escola em etapa de ensino adequada.

Em termos gerais, os jovens de 14 anos apresentaram frequências bruta e líquida maiores que os jovens de 15 a 17 anos. Esse resultado sugere que os jovens de 15 a 17 anos têm desempenho escolar inferior aos de 14 anos e podem ser mais propensos a abandonarem os estudos. Os resultados mostram que mulheres não negras frequentam mais a escola e apresentam melhor desempenho quando comparadas aos homens negros, exceto entre os jovens de 14 anos onde o desempenho dos negros supera o dos não negros (Gráfico 3).

² Corresponde ao percentual de pessoas em determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

³ Equivale ao percentual de pessoas em determinada faixa etária que frequenta escola na série adequada, conforme adequação série-idade do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária e que frequenta escola.

TABELA 1
Distribuição da população de 14 a 29 anos de idade por sexo,
segundo situação de trabalho e estudo.
Brasil - 2014 (em %)

Situação de trabalho e estudo	Mulheres				Homens				Totais			
	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
Somente estuda	71,0	14,4	2,9	25,8	63,4	10,2	1,6	22,3	67,1	12,3	2,2	24,0
Somente trabalha ⁽¹⁾	4,2	45,5	63,5	40,1	7,6	63,0	84,4	54,1	5,9	54,3	73,7	47,1
Estuda e trabalha ⁽¹⁾	16,5	17,4	8,8	14,5	24,0	18,1	8,6	16,9	20,3	17,7	8,7	15,7
Não trabalha ⁽²⁾ nem estuda	8,3	22,8	24,7	19,6	5,0	8,7	5,4	6,7	6,6	15,7	15,3	13,1
- Apenas realiza afazeres domésticos ⁽³⁾	6,9	20,5	23,1	17,7	1,8	3,4	2,0	2,6	4,3	12,0	12,8	10,1
- Outra ⁽⁴⁾	1,4	2,3	1,6	1,8	3,2	5,3	3,4	4,2	2,3	3,8	2,5	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (em mil pessoas)	6.899	11.329	8.021	26.250	7.224	11.353	7.712	26.288	14.123	22.682	15.733	52.538

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui jovens que trabalham e/ou procuram trabalho

(2) Inclui jovens que não trabalham e não procuram

(3) Inclui o cuidado de filhos ou menores moradores

(4) Outras situações (não trabalha, não procura, não estuda e não realiza afazeres domésticos etc.)

TABELA 2

Proporção de jovens de 14 a 29 anos que realiza afazeres domésticos⁽¹⁾ e média de horas dedicadas semanalmente, por sexo - Brasil - 2014

Faixa etária	Proporção que realiza afazeres domésticos (em %)		Média de horas dedicadas aos afazeres por quem realiza (em horas)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total				
14 a 17 anos	80,9	46,5	15,1	8,8
18 a 24 anos	83,1	43,2	20,0	9,4
25 a 29 anos	88,8	49,5	24,0	9,9
Total	84,3	46,0	20,0	9,4
Ocupados				
14 a 17 anos	82,2	44,8	14,0	7,8
18 a 24 anos	80,1	42,8	16,2	9,0
25 a 29 anos	86,7	50,3	19,4	9,6
Total	83,1	46,0	17,5	9,1

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui o cuidado de filhos ou menores moradores

TABELA 3

Distribuição dos ocupados de 14 a 29 anos, por tempo de deslocamento de casa para o local de trabalho, segundo localização e área do domicílio Brasil - 2014 (em %)

Tempo de deslocamento	Região Não metropolitana				Região Metropolitana			
	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
Não se aplica ⁽²⁾	32,5	17,1	19,5	19,8	16,8	10,8	11,4	11,4
Até 30 minutos	57,6	63,7	61,7	62,2	48,4	38,9	38,0	39,1
Mais de 30 minutos a 1 hora	7,9	15,1	14,7	14,1	22,4	31,1	31,4	30,7
Mais de 1 hora a 2 horas	1,8	3,5	3,3	3,2	10,9	15,8	16,0	15,6
Mais de 2 horas	(1)	0,6	0,9	0,7	1,4	3,4	3,2	3,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (em mil pessoas)	2.215	9.681	8.081	19.977	563	4.160	3.814	8.536

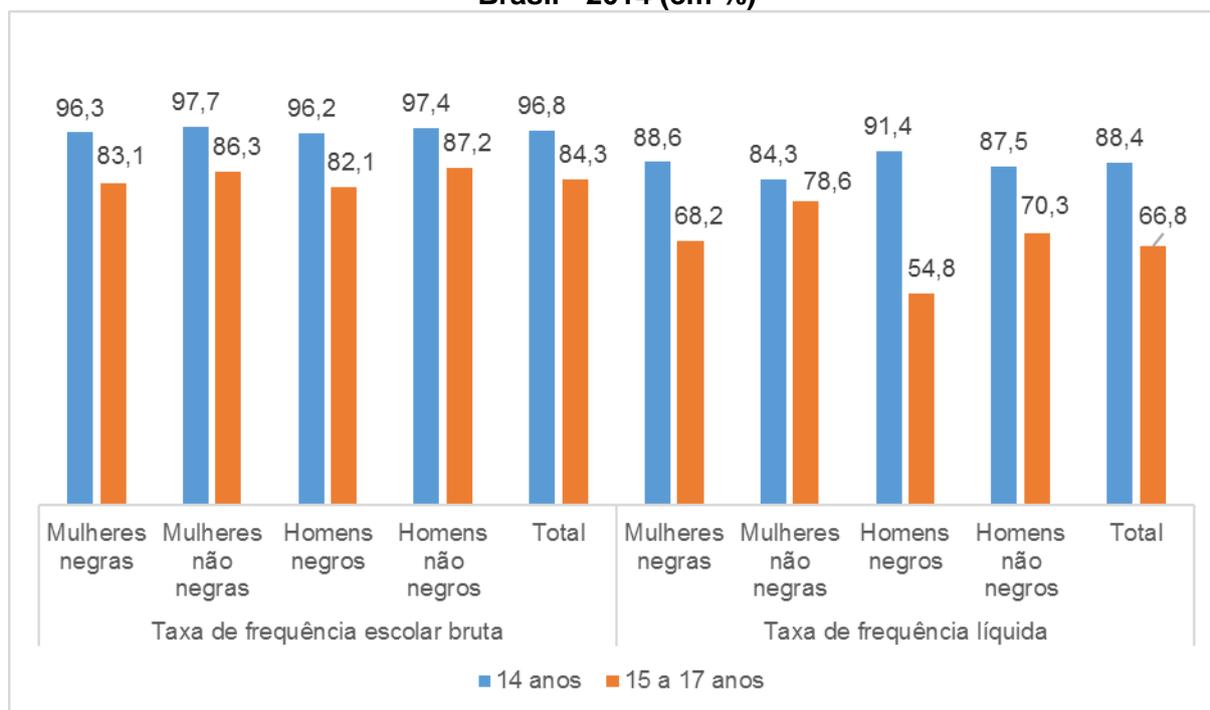
Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria

(2) Pessoas que moravam em domicílio situado no terreno ou na área do estabelecimento em que trabalhavam ou exerciam seu trabalho no domicílio em que moravam

GRÁFICO 3
Taxa de frequência escolar bruta e taxa de frequência líquida
Brasil - 2014 (em %)



Fonte: IBGE. Pnad
 Elaboração: DIEESE

Para as mulheres jovens e mães, a necessidade de cuidar de seus filhos nos primeiros anos pode tanto motivar o abandono escolar, quanto dificultar o exercício do trabalho. Considerando todas as faixas etárias juntas, ou seja, as mulheres com idade entre 14 e 29 anos, o nível de ocupação entre as jovens que são mães é maior do que o do total das mulheres, o que dá a impressão de que a condição de mãe colabora com a entrada da jovem no mercado de trabalho. No entanto, o resultado muda quando são excluídas as jovens entre 14 e 17 anos. O nível de ocupação das jovens mães entre 18 e 29 anos foi inferior ao do total das mulheres jovens ocupadas com a mesma idade em cerca de 8 p.p., tanto em 2009 quanto em 2014. Essa distorção ocorre porque a proporção de mães na faixa de 14 a 17 anos, é muito menor do que nas demais faixas etárias (Tabela 4)⁴.

⁴ A participação das jovens entre 14 e 17 anos no total de mães foi inferior a 2% nos dois anos analisados.

TABELA 4
Nível de ocupação⁽¹⁾ das mulheres jovens de 14 a 29 anos, total e com filhos
Brasil - 2009 e 2014 (em %)

Faixa etária	Nível de ocupação total das mulheres		Nível de ocupação das jovens mães	
	2009	2014	2009	2014
14 a 17 anos	17,0	14,2	18,8	16,0
18 a 24 anos	51,3	50,8	43,2	42,5
25 a 29 anos	63,6	64,0	55,7	55,1
Total	46,3	45,2	50,6	49,9

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Proporção de pessoas ocupadas na população em idade ativa

Inserção dos jovens no mercado de trabalho

Quando se trata de juventude no Brasil, um dado importante é que a população brasileira passa por um período dinâmico de transição demográfica. O aumento na esperança de vida ao nascer dos habitantes, associada à combinação de taxas de fecundidade e de mortalidade em declínio, fez com que houvesse crescimento da proporção de adultos e idosos na população total, o que resultou em envelhecimento da distribuição etária da população (DIEESE, 2013). Ao mesmo tempo, a quantidade de jovens, em termos absolutos, diminuiu nos anos recentes. Entre 2009 e 2014, a estimativa do número de jovens entre 14 e 29 anos caiu de 54,1 milhões para 52,5 milhões, o que significou uma queda de 2,9%. Porém, é interessante notar que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), enquanto a população de jovens que se declararam como brancos recuou 10,2%, no mesmo período, o número de jovens autodeclarados negros cresceu 3,6% (Tabela 5).

TABELA 5
Estimativa da população de 14 a 29 anos de idade, sexo e cor/raça
Brasil 2009 e 2014 (em 1.000 pessoas)

Faixa etária	Mulheres negras	Mulheres não negras	Homens negros	Homens não negros	Total ⁽¹⁾
2009					
14 a 17 anos	3.849	3.132	4.115	3.067	14.166
18 a 24 anos	5.995	5.621	6.294	5.357	23.275
25 a 29 anos	4.346	4.152	4.325	3.825	16.653
Total	14.190	12.905	14.734	12.249	54.094
2014					
14 a 17 anos	3.991	2.908	4.385	2.839	14.123
18 a 24 anos	6.279	5.051	6.550	4.802	22.682
25 a 29 anos	4.422	3.600	4.330	3.382	15.733
Total	14.691	11.559	15.266	11.022	52.538

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O total inclui os sem declaração de cor

Obs.: Negros = pretos e pardos; não negros: brancos, amarelos e indígenas

O número de jovens na população economicamente ativa (PEA) caiu em ritmo mais intenso do que a queda observada para a população total de jovens. Desse modo, a taxa de participação entre os jovens, que corresponde à proporção de indivíduos jovens que trabalham ou procuram trabalho, passou de 66,0% para 62,8%, entre 2009 e 2014. Tal movimento pode ser explicado pelo crescimento da população jovem que se dedica aos estudos ou a outras atividades em detrimento ao trabalho (Tabela 6), em especial, em momentos de melhoria econômica. Mesmo assim, cabe destacar que já estão inseridos no mercado de trabalho (PEA) 26% dos jovens entre 14 e 17 anos e 82,5% dos jovens entre 18 e 24 anos.

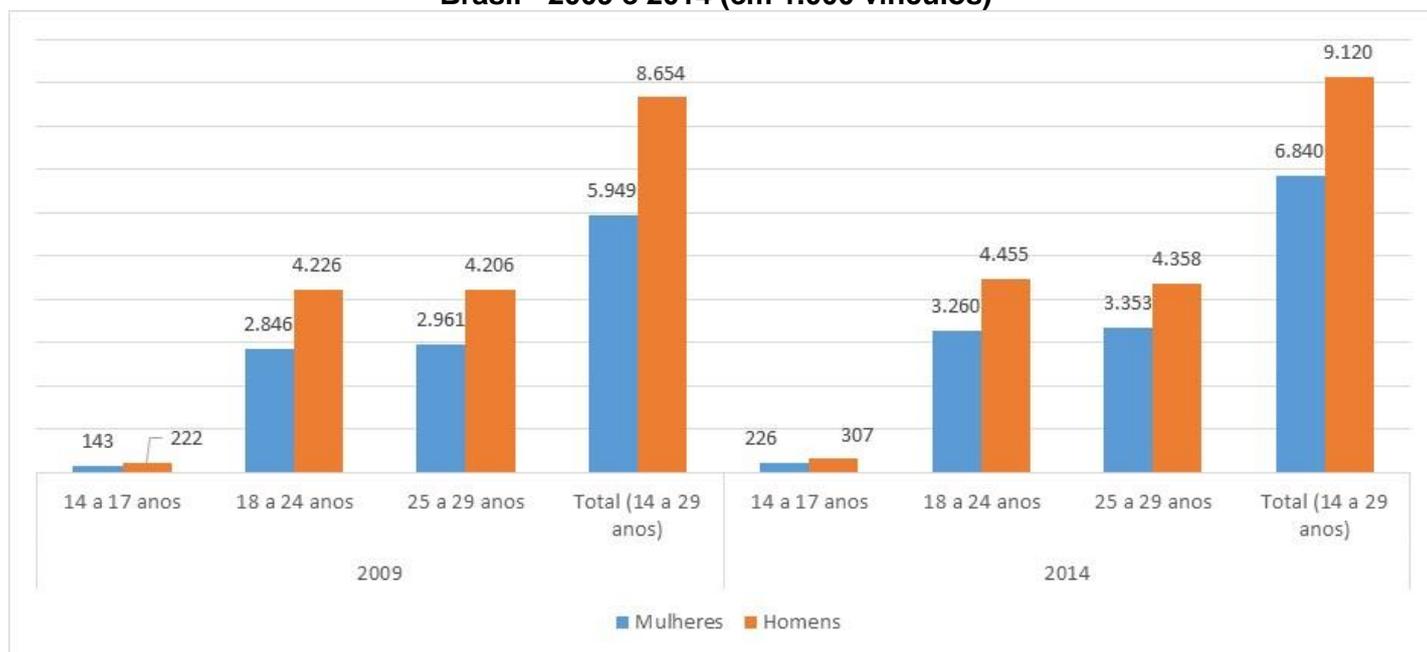
TABELA 6
Estimativa da população de 14 a 29 anos por condição de atividade e ocupação
Brasil - 2009 e 2014 (em 1.000 pessoas)

Condição de atividade e ocupação	2009				2014			
	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
População de 14 anos ou mais	14.166	23.275	16.653	54.094	14.123	22.682	15.733	52.538
População Economicamente Ativa (PEA)	4.378	17.407	13.932	35.716	3.710	16.325	12.978	33.013
Ocupados	3.388	14.521	12.546	30.455	2.778	13.841	11.895	28.513
Desocupados	990	2.886	1.386	5.262	933	2.484	1.083	4.500
Inativos	9.788	5.868	2.721	18.378	10.413	6.357	2.756	19.525
Taxa de participação (PEA/PIA) x 100	30,9	74,8	83,7	66,0	26,3	72,0	82,5	62,8
Taxa de desocupação (desocupados/PEA) x 100	22,6	16,6	9,9	14,7	25,1	15,2	8,3	13,6

Fonte: IBGE. Pnad
 Elaboração: DIEESE

No que diz respeito à distribuição do número de vínculos formais por faixa etária, observa-se que aqueles referentes aos jovens de 14 a 17 anos cresceu 46,3%, no período 2009-2014. Contudo, a reduzida participação dos vínculos de jovens de 14 a 17 anos (cerca de 3% do total dos vínculos de jovens) torna essa elevação pouco significativa. A legislação trabalhista em vigor impõe barreiras à contratação de pessoas menores de 16 anos, com vistas a protegê-las de atividades de trabalho insalubres e prejudiciais à formação individual. Em relação aos demais grupos, ambos registraram crescimento: o número de vínculos dos jovens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos aumentou 9,1% e 7,6%, respectivamente. Entre as mulheres, o crescimento foi mais acelerado (15,0%), o que lhes permitiu representar 42,9% dos vínculos formais em 2014 (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Número de empregos formais⁽¹⁾ de jovens de 14 a 29 anos, segundo sexo
Brasil - 2009 e 2014 (em 1.000 vínculos)



Fonte: MTb. Rais
 Elaboração: DIEESE
 Nota: (1) Refere-se aos vínculos ativos em 31/12 de cada ano

No período considerado, a característica das ocupações destinadas aos jovens revela questões importantes. O primeiro ponto a se destacar é o peso do emprego formal, que cresceu 6,9 p.p. e representou metade dos ocupados de 14 a 29 anos, em 2014. Esse movimento pode ser uma resposta às quedas da proporção de empregados sem carteira (-2,1 p.p.), dos trabalhadores domésticos sem carteira (-2,2 p.p.), dos ocupados não remunerados (-2,4 p.p.), embora o número de ocupados dessas faixas tenham se reduzido. Por outro lado, nota-se um perfil distinto quando se observa as ocupações características dos jovens de 14 a 17 anos em relação aos demais jovens. Enquanto as demais categorias apresentam um perfil similar ao descrito acima, a população de 14 a 17 anos está sujeita a ocupações não regulamentadas e, portanto, à margem da fiscalização dos órgãos públicos competentes (Tabela 7).

TABELA 7
Distribuição dos ocupados de 14 a 29 anos por posição na ocupação
Brasil - 2009 e 2014 (em %)

Posição na ocupação	2009				2014			
	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
Empregados com carteira	6,2	47,0	49,4	43,5	18,2	53,7	54,1	50,4
Militares e estatutários	(1)	2,7	5,4	3,5	(1)	2,7	5,0	3,4
Empregados sem carteira	46,2	27,0	17,6	25,3	43,7	24,6	16,6	23,2
Trabalhadores domésticos com carteira	(1)	0,8	1,7	1,1	(2)	0,6	1,0	0,7
Trabalhadores domésticos sem carteira	9,0	4,7	4,8	5,2	5,2	2,7	2,8	3,0
Conta própria	7,4	9,1	13,5	10,7	7,1	9,0	14,7	11,2
Empregadores	(2)	0,9	2,7	1,6	(2)	0,7	2,1	1,2
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	6,4	2,1	2,0	2,5	8,3	2,3	1,9	2,7
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	(2)	(2)	0,1	0,4	0,1	0,1	0,1
Não remunerados	24,5	5,7	2,9	6,6	17,1	3,6	1,8	4,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (em 1.000 pessoas)	3.388	14.521	12.546	30.455	2.778	13.841	11.895	28.513

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Não há registro dos casos

(2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Segundo dados da Pnad, em 2014, o rendimento mensal real das mulheres jovens é R\$ 1.073 e dos homens jovens R\$ 1.259, ou seja, uma diferença de 17,3% entre os gêneros. Quando separados por faixa etária, chama a atenção que entre 14 e 17 anos, o rendimento da mulher jovem estava em R\$ 492 e do homem jovem R\$ 567, ambos abaixo do salário mínimo vigente. Já na faixa entre 18 e 24 anos o rendimento médio mensal era de R\$ 942 para as mulheres e R\$ 1.076 para os homens, ou seja, próximos ao salário mínimo vigente (Tabela 8).

TABELA 8
Rendimento mensal real e rendimento-hora real do trabalho principal dos jovens de 14 a 29 anos de idade, segundo sexo
Brasil - 2009 e 2014 (em R\$)

Faixa etária	2009		2014	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Rendimento mensal				
14 a 17 anos	344	434	492	567
18 a 24 anos	765	904	942	1.076
25 a 29 anos	1.073	1.367	1.314	1.606
Total	866	1.058	1.073	1.259
Rendimento-hora				
14 a 17 anos	3,1	3,2	4,7	4,9
18 a 24 anos	5,2	5,3	7,2	7,2
25 a 29 anos	7,3	7,9	9,7	12,2
Total	6,0	6,2	8,1	9,2

Fonte: IBGE. Pnad

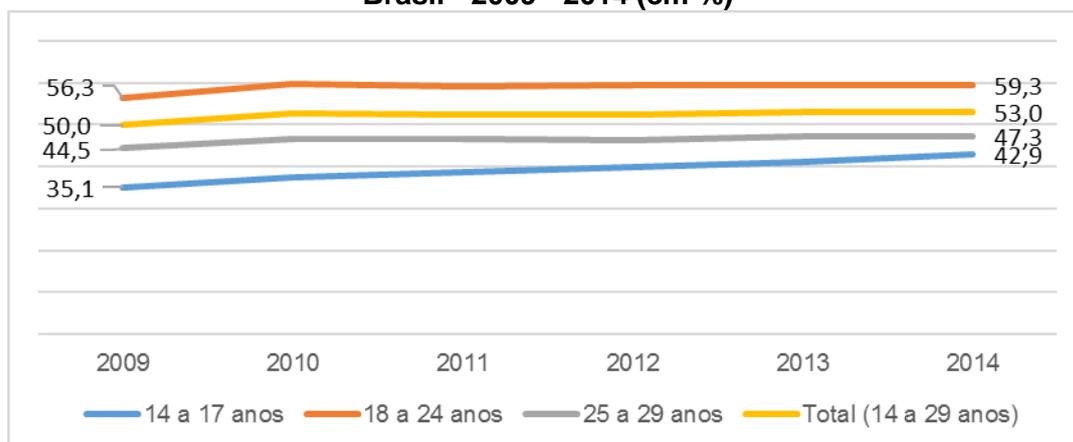
Elaboração: DIEESE

Obs.: Rendimentos do trabalho principal das pessoas com rendimento, a preços do INPC/IBGE em set/2014

A evolução do emprego formal entre os jovens no período considerado foi acompanhada de uma elevação da rotatividade dos vínculos de emprego. A taxa de rotatividade no período cresceu três pontos percentuais entre 2009 e 2014, em resposta ao cenário mais favorável ao emprego formal. A medida da rotatividade pode estar associada à idade do trabalhador, haja visto que diminui quando a idade se eleva. A evolução do indicador para o grupo dos jovens de 14 a 17 anos, no entanto, não segue esse padrão⁵ e permanece em patamares inferiores aos dos demais grupos (Gráfico 5).

⁵ A análise da taxa de rotatividade por faixa etária revela que há uma distorção em função do efeito de transição entre faixas etárias dos jovens de “14 a 17 anos” e “18 a 24 anos. Ou seja, muitos são admitidos quando estão na iminência de deixar a faixa etária de 14 a 17 anos e desligados logo no início da faixa etária seguinte de 18 a 24 anos. Assim, há um número de entrantes no mercado de trabalho com idade próxima a 16 e 17 anos que são desligados por volta de 18 anos de idade. Este comportamento rebaixa a taxa de rotatividade na faixa de 14 a 17 anos e amplifica a taxa de rotatividade na faixa etária de 18 a 24 anos, gerando este efeito.

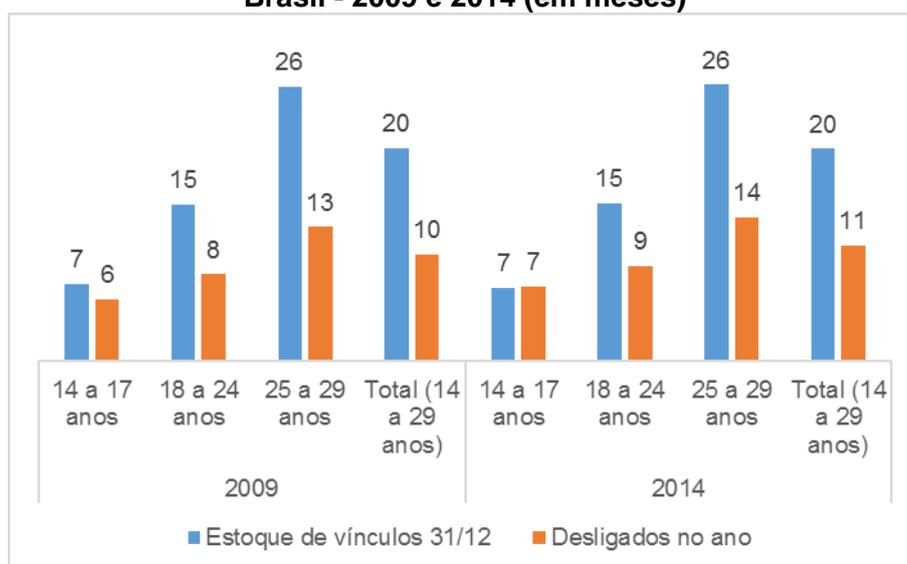
GRÁFICO 5
Taxa de rotatividade dos empregos formais de jovens de 14 a 29 anos
Brasil - 2009 - 2014 (em %)



Fonte: MTb. Rais
 Elaboração: DIEESE
 Obs.: Dados referentes aos trabalhadores com vínculo empregatício com base na CLT

O crescimento da rotatividade não resultou em mudança significativa no tempo de permanência nos vínculos de emprego dos jovens entre 2009 e 2014. Para as pessoas de 14 a 29 anos que continuam ativas, o tempo médio de permanência observado permaneceu em 20 meses. Quanto aos desligados, o tempo de permanência passou de 10 meses, em 2009, para 11 meses, em 2014. Essa pequena variação ocorreu em resposta ao crescimento de um mês do tempo de permanência em todas as faixas etárias (Gráfico 6).

GRÁFICO 6
Tempo médio de permanência dos jovens de 14 a 29 anos nos empregos formais
Brasil - 2009 e 2014 (em meses)



Fonte: MTb. Rais
 Elaboração: DIEESE

Considerações finais

Os jovens trabalhadores enfrentam grandes dificuldades na transição escola-trabalho, em especial os provenientes de famílias com renda familiar baixa, fato que os leva a buscar trabalho remunerado mais cedo. Dificuldade de inserção no mercado de trabalho, alta rotatividade, baixos salários e concentração de oferta de trabalho normalmente distante de seus domicílios são características comuns nas ocupações destes jovens.

Além disso, os afazeres domésticos, que se somam às atividades escolares principalmente entre as mulheres, é outra variável a ser considerada já que constitui uma das causas para a situação de atraso escolar e abandono, questões que fazem as jovens recorrerem muitas vezes ao ensino médio noturno sem a possibilidade de acesso ensino em horário integral.

A falta de perspectiva que acomete principalmente os jovens pobres no processo de “socialização familiar”, anterior às primeiras experiências na escola, constitui a sua percepção de mundo e instrumentaliza-se conforme os recursos materiais e imateriais disponíveis no seu convívio social e escolar (SOUZA, 2009), colocando grandes desafios para a última etapa da educação básica. Embora a opção pelo trabalho possa estar relacionada às diversas necessidades dos jovens, por exemplo, contribuir com a renda familiar, consumir e ter independência financeira, o corte socioeconômico e o contexto familiar assimilam a desigualdade antes mesmo de o jovem decidir escolher qual será sua direção para o futuro.

O ensino médio constitui etapa decisiva nesta transição, pois abrange a passagem do aluno para a fase adulta e integra o horizonte voltado para o desenvolvimento da vida profissional. Entretanto, é importante registrar que o sucesso do jovem não depende apenas de seu desempenho escolar, mas do ambiente social no qual está inserido e onde constituiu a sua trajetória individual.

Os dados apresentados sobre acesso e permanência no ensino médio, bem como o perfil dos alunos nesse nível de ensino, evidenciam as grandes desigualdades existentes hoje. Nesse âmbito, é importante destacar que, embora não sejam diretamente objetos de análise desta Nota, fatores como a necessidade de ampliação da oferta (e da qualidade dessa oferta) de matrículas no ensino médio e a existência e ampliação de políticas que promovam a permanência dos alunos, de forma a diminuir as taxas de reprovação e abandono escolar, devem ser considerados na problematização das condições desse nível de ensino, bem como em relação à reforma proposta pela MP 746/2016.

Visando contribuir para este debate, nesta Nota, foi evidenciada a questão da transição escola-trabalho e seus impactos na trajetória dos jovens brasileiros. Nesse âmbito, verificou-se que a relação entre juventude, educação e trabalho abrange distintas percepções acerca da educação e a inserção do aluno do ensino médio no mercado de trabalho, as quais precisam ser consideradas em uma reforma desta magnitude.

No modelo proposto pela MP 746/2016, essa realidade aparentemente foi deixada de lado, uma vez que não propõe a superação dos problemas estruturais da transição escola-trabalho, pois

não leva em consideração o estudante do ensino médio que, na condição de trabalhador, poderá ser afetado com a ampliação da carga horária sem a garantia de qualidade do ensino e a flexibilização curricular, que deve retirar deste a possibilidade do desenvolvimento de diferentes competências fundamentais para sua melhor inserção no mundo do trabalho.

Num país ainda marcado por profundas desigualdades, a reforma do ensino médio precisa ser melhor debatida e incluir estratégias efetivas para diminuir as assimetrias existentes tanto na escola, quanto no processo de ingresso ao mercado de trabalho, sob pena de comprometer as metas previstas no Plano Nacional de Educação e, principalmente, prejudicar o processo de preparação de muitas gerações de jovens das classes mais desfavorecidas para enfrentar um mercado de trabalho que exige cada vez mais um trabalhador provido de múltiplas habilidades e conhecimentos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda nacional de trabalho decente para a juventude. Brasília, DF, 2011.** Disponível em:

< <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/ANTDJ.pdf> >.

DIEESE. Juventude: diversidades e desafios no mercado de trabalho metropolitano. **Estudos e pesquisas**, nº 11. São Paulo: DIEESE, 2005.

_____. **As mulheres e o trabalho doméstico não remunerado em regiões metropolitanas.** São Paulo: DIEESE, 2006.

_____. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. 2015 (Livreto Juventude)..

OLIVEIRA, E. L.; RIOS-NETO, E. G.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Transições dos jovens para o mercado de trabalho, primeiro filho e saída da escola: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos da População**, vol.23, n.1, pp.109-127, 2006.

SOUZA, Jessé; GRILLO, André [et al.]. Introdução In Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Luís Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Secretário Nacional: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de pesquisas e tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de educação e comunicação: Fausto Augusto Júnior

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora de estudos em políticas públicas: Angela Maria Schwengber

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Equipe Responsável

Camila Ikuta; Edgard Rodrigues; Fernando Adura Martins; Fausto Augusto Jr.; Guilherme Silva Araújo; Gustavo Sawaya Amaral Gurgel; Gustavo Plínio Paranhos Monteiro; Laender Valério Batista; Paulo Jäger; Pedro dos Santos Bezerra Neto; Rodrigo Fernandes Silva; Thamires Silva; Vinícius Bredariol
Thomas Gomes Cohen (auxiliar técnico)